

# COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO SERTÃO DE PERNAMBUCO: DIÁLOGOS SOCIOPOLÍTICOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA

*Luclécia C. M. Silva (Univasf)\**

*Moisés Felix de Carvalho Neto (Univasf)\*\**

*Adriana Fernanda Busso (UFSCar)\*\*\**

## RESUMO

Os povos quilombolas possuem uma longa história de luta por uma educação de qualidade, sobretudo os povos do Semiárido nordestino. Assim, a partir de dispositivos normativos e da luta dos movimentos sociais, houve um grande avanço na criação de diversas políticas públicas, destacando-se os programas educacionais destinados à valorização da diversidade sociocultural no campo. Sabendo disso, a presente pesquisa teve como objetivo analisar as relações e contribuições de aspectos sociopolíticos na construção de uma educação emancipatória em comunidades quilombolas inseridas no contexto do Semiárido nordestino. Optou-se pela pesquisa e abordagem qualitativa, de caráter exploratório e de base etnográfica, com procedimentos metodológicos, como: observações diretas, entrevistas semiestruturadas, grupos focais, caminhadas transversais, registros fotográficos, entre outros, com posterior triangulação dos dados. Verificou-se que os processos educativos se mostram o diferencial no empoderamento e tomada de decisões relativas à reafirmação de uma alteridade que estão cotidianamente ressignificando na luta pela valorização quilombola. Assim, empreende-se que as ações públicas de fortalecimento do patrimônio cultural e imaterial desses grupos sociais não serão efetivadas apenas pela existência de uma legislação específica para educação escolar quilombola, mas dependem muito mais do esforço em conjunto e integrado dos coletivos quilombolas na busca pelo respeito ao *éthos* (modo de ser) quilombola na elaboração das atividades pedagógicas que respeitem as especificidades locais e perpetuem os elementos culturais que constroem a identidade étnica de cada comunidade.

**Palavras-chave:** Educação quilombola. Semiárido nordestino. Sociopolítica.

---

\* Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Especialista em Metodologias Participativas aplicadas à pesquisa, assistência técnica e extensão rural pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). E-mail: lucrism@gmail.com

\*\* Mestre em Produção Vegetal com ênfase em Agroecologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). Especialista em Metodologias Participativas aplicadas à pesquisa, assistência técnica e extensão rural pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). moises. E-mail: fcn@gmail.com

\*\*\* Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: adrianabusso@gmail.com

## ABSTRACT

### **QUILOMBOLA COMMUNITIES IN HINTERLAND OF PERNAMBUCO STATE: SOCIALPOLITICAL DIALOGUES CONSTRUCTING OF AN EMANCIPATORY EDUCATION**

The quilombola people have a long history of struggle for a quality education, especially the peoples of the Northeastern Semi-arid. Thus, from normative devices and from the struggle of social movements, there was a great advance in the creation of several public policies, with emphasis on educational programs aimed at valuing socio-cultural diversity in the field. Knowing this, the present research aimed to analyze the relations and contributions of socio-political aspects in the construction of an emancipatory education in quilombola communities inserted in the context of the Northeastern Semi-arid. Methodological procedures such as direct observations, semi-structured interviews, focal groups, cross-walks, photographic records, among others, were used, with subsequent triangulation of the data, with an exploratory and ethnographic basis. It was verified that the educational processes show the differential in the empowerment and decision-making regarding the reaffirmation of an alterity to which they are daily resignificando in the fight for the valorization quilombola. Thus, it is assumed that public actions to strengthen the cultural and immaterial heritage of these social groups will not be implemented solely by the existence of specific legislation for quilombola school education, but they depend much more on the joint and integrated effort of the quilombola collectives in the quest for Respect for the quilombola ethos in the elaboration of pedagogical activities that respect local specificities and perpetuate the cultural elements that build the ethnic identity of each community.

**Keywords:** Quilombola education. Northeastern semi-arid. Sociopolitics.

## RESUMEN

### **LAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DEL SERTÃO PERNAMBUCANO: LOS DIÁLOGOS SOCIOPOLÍTICOS EN LA CONSTRUCCIÓN DE UNA EDUCACIÓN EMANCIPADORA**

Cimarrones pueblos tienen una larga historia de lucha por la educación de calidad, sobre todo los pueblos del semiárido noreste. Por lo tanto, de las disposiciones reguladoras y la lucha de los movimientos sociales fue un avance importante en la creación de diversas políticas públicas, destacando los programas educativos para la mejora de la diversidad sociocultural en el campo. Sabiendo esto, el presente estudio tuvo como objetivo analizar las relaciones y las contribuciones a los aspectos socio-políticos en la construcción de una educación emancipadora insertadas quilombos en el contexto de la semiárida del noreste. Optamos por la investigación y el enfoque cualitativo, exploratorio y etnográfica, con los procedimientos metodológicos, tales como la observación directa, entrevistas semiestructuradas, grupos focales, los transectos, registros fotográficos, entre otros, con la posterior triangulación de datos. Se encontró que los procesos educativos que muestran la diferencia en la capacitación y la toma de decisiones con respecto a la reafirmación de una alteridad que están todos los días dando un nuevo significado a la lucha por la apreciación del quilombo. Por lo tanto, se compromete a que las acciones públicas para fortalecer el patrimonio cultural e intangible de estos grupos sociales no se efectuará únicamente por la existencia de

una legislación específica para la educación escolar quilombo, pero dependen mucho más esfuerzo y conjunto integrado de marrón colectiva en la búsqueda de respeto por el espíritu (forma de ser) quilombo en la preparación de las actividades educativas que respeten las especificidades locales y perpetúan los elementos culturales que construyen la identidad étnica de cada comunidad.

**Palabras clave:** Educación quilombola. Semi-árido noreste. Sociopolítica.

## Introdução

O sertão do São Francisco é uma região que possui uma quantidade significativa de comunidades quilombolas oriundas, principalmente, dos diversos processos sociopolíticos do final do século XIX, como, por exemplo, o fim do ciclo da pecuária, a fuga de escravos das fazendas da região para áreas de difícil acesso do sertão do São Francisco e o fim da escravidão (CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE, 2008; PEIXOTO, 2007). Dentre as diversas comunidades quilombolas do sertão pernambucano, destacam-se duas comunidades quilombolas localizadas em municípios circunvizinhos, ambas no Semiárido nordestino: Cruz dos Riachos (localizada em Cabrobó-PE) e Águas do Velho Chico (localizada em Orocó-PE).

As comunidades supracitadas estão em processo de regularização fundiária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), onde, devido às constantes ameaças aos seus territórios, tais grupos sociais buscam ter reconhecidos seus direitos de acesso à terra e lutam pelo reconhecimento e valorização de sua cultura, bem como outros direitos socioambientais e difusos.

As relações de territorialidade das referidas comunidades se expressam pela relação com a terra, com a água do rio São Francisco, com os recursos naturais da Caatinga, e com aspectos históricos, seus modos de vida, racionalidade de gestão, aspectos cosmológicos e ancestrais, que definem e dão significado a uma singular espacialidade onde se encontram os quilombos.

Esses elementos espaciais e de territorialização são importantes para compreender a dinâmica social dos quilombolas ao longo da história e configuram-se ainda como elementos cosmográficos intimamente ligados com a ancestralidade destes.

A partir do uso do espaço e de suas práticas sociais e produtivas – elementos da territorialidade que dão sentido à vida –, os quilombolas foram de-

finindo a própria existência e construindo uma identidade culturalmente diferenciada com o lugar. Essa significação singular com o espaço fundamenta-se na própria memória coletiva de convivência e luta nesse território e se expressa não somente através de vínculos afetivos e de parentesco, mas também por um sentimento de pertença que é compartilhado por todos da comunidade.

As comunidades negras de origem africana e afro-brasileiras possuem um patrimônio material e imaterial de significativo valor cultural, permeado de idiosincrasias que as tornam unidas pela mesma história. Histórias centenárias, que permanecem vivas na memória dos mais antigos, são disseminadas através da oralidade aos mais jovens e através das gerações.

O patrimônio cultural constitui-se como a área de uso, produção e reprodução de sua cultura, através do contato com a natureza, no qual expressam sua identidade e modo de ser, todos relacionados com a memória biocultural desses povos. Neste sentido, o patrimônio é a história, a memória, os sistemas agrícolas tradicionais, o rio, a terra, o ar, a chuva, os animais que compõem a vida nestes espaços e o sustento das populações quilombolas, bem como as áreas de caatinga de onde retiram seu sustento, remédios, curas e onde constroem suas cosmologias.

De maneira geral, as comunidades relatam histórias de seres mitológicos que povoam o território e entram em contato com os moradores. Sobre essas elaborações que dizem respeito à vivência e à convivência com seres mitológicos, os quilombolas possuem a crença de que estes pertencem ao campo do sagrado e são protetores dos ambientes terrestres e aquáticos, devendo ser respeitados e temidos em relação ao contato com a natureza, respeitando-a para não ser por eles também punidos (como pescar durante a piracema ou outras ações que sejam des-

trutivas ao meio ambiente). Também está bem clara a associação que fazem entre o sumiço desses seres (na atualidade) e a construção de barragens, que alteram o ecossistema e toda relação estabelecida entre o meio ambiente e os seres que nele habitam.

O sentimento de pertencimento e reconhecimento ao lugar está presente na história de vida de cada quilombola, fundamentando e fortalecendo a identidade do grupo, que coletivamente se reconstrói e se reconstitui através das práticas diárias que envolvem o uso da terra e dos recursos naturais; da concepção espacial que é definida pelo calendário de sazonalidade e ritmos próprios do calendário ecológico, que além de ser respeitado e compreendido, é construído e transmitido por meio de processos geracionais, garantindo a sobrevivência e a identidade dos grupos.

A compreensão quilombola, enquanto identidade política, se constitui também a partir da história de resistência e perpetuação nesses territórios e traz à tona uma importante questão que diz respeito à valorização do processo educativo das crianças e jovens para resgatar a história dos negros, sobretudo no Semiárido nordestino.

Nos diferentes relatos em campo foi possível inferir que, nas últimas três décadas, as comunidades quilombolas do Semiárido brasileiro começaram uma articulação entre si e com os movimentos sociais negros. Assim como buscaram, dentro da própria comunidade, através da memória dos mais antigos e por meio de suas histórias de vida e de seus ancestrais, compreender a própria gênese e valorizar seus hábitos culturais que vêm desde os tempos antigos e que se fundamentam nas relações sociais e nos laços de reciprocidade.

A valorização da própria cultura emerge também a partir do acesso às recentes políticas públicas destinadas a esses grupos tradicionais, que visaram desenvolver, sobretudo, aspectos da saúde e da educação das populações negras do campo, das águas, das florestas e das cidades.

Sabendo disso, o presente texto teve como objetivo analisar as relações e contribuições de aspectos sociopolíticos na construção de uma educação emancipatória em comunidades quilombolas inseridas no contexto do Semiárido nordestino. O texto traz exemplos de duas comunidades quilombolas que atualmente são bastante atuantes no

semiárido do São Francisco e que após os exemplos bem-sucedidos de lutas de outras comunidades quilombolas, a exemplo de Conceição das Crioulas,<sup>1</sup> emergem em destaque no contínuo da luta pelo reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas do sertão de Pernambuco.

## Caracterização do local de estudo

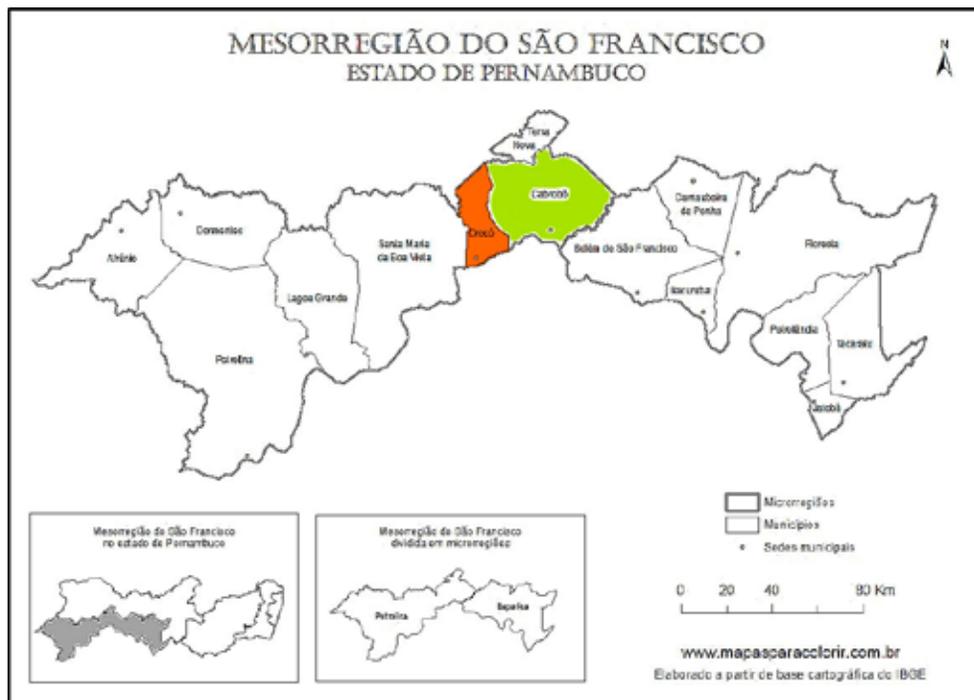
As comunidades quilombolas encontram-se localizadas no Semiárido nordestino, inseridas no bioma da Caatinga, caracterizado por ter um regime de chuvas de sazonalidade irregular, ou seja, prolonga-se e encerra-se em períodos incertos de um ano para outro (SOARES, 2011). Por conta dessas características climáticas, a disponibilidade hídrica é bem limitada e muito incerta no tempo e no espaço, e os rios acabam em sua maioria sendo de caráter temporário (SOARES, 2011).

Os Municípios de Orocó e Cabrobó, ambos inseridos no Semiárido pernambucano, representados na Figura 1, possuíam, em 2010, respectivamente, uma população de 13.180 e 30.873 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016a, 2016b). A região possui como principal fonte de renda a agricultura e a caprinocultura, de modo que, nos quilombos, a fonte de renda é configurada nos mesmos moldes, porém em sua maioria de subsistência. Os municípios têm ainda sido alvo do projeto do governo federal da transposição do rio São Francisco, através de seu eixo norte, sendo área diretamente impactada.

A comunidade Águas do Velho Chico está localizada às margens do rio São Francisco e é constituída por cinco povoados: Caatinguinha, Remanso, Umburana, Vitorino e Mata de São José, com uma população aproximada de 1.800 pessoas (ou cerca de 500 famílias). Todos os povoados que formam o quilombo apresentam relações de parentesco entre si.

1 “A experiência educacional de Conceição das Crioulas é considerada referência para o movimento quilombola e outras organizações que trabalham com educação. A comunidade construiu um projeto de ‘educação específica e diferenciada’ que trabalha com uma concepção na qual os valores, a cultura, os costumes, as tradições, a sabedoria das pessoas mais velhas e a história dos antepassados fazem parte do processo histórico da comunidade” (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2014).

**Figura 1** – Mapa de localização dos municípios de Orocó (laranja) e Cabrobó (verde), no Estado de Pernambuco



Fonte: Adaptado de mapasparacolorir.com (2017).

A partir da disposição espacial é possível identificar os núcleos familiares que compõem o quilombo de Águas do Velho Chico, onde cada fronteira simbólica desses núcleos expressa as ligações mais estreitas de parentesco em cada uma dessas localidades do quilombo (Mata de São José, Caatinguinha, Remanso, Vitorino e Umburana). Os laços de parentesco de cada localidade perpetuam-se em todo o quilombo através de vínculos diversos (primos, cunhados, tios, compadrio etc.), sejam estes de parentesco “real” ou “fictício” (AUGÈ, 2003), ou seja, sustentados pela consanguinidade ou não.

A população quilombola de Cruz dos Riachos é menor, composta por cerca de 60 famílias (ou cerca de 200 pessoas) e encontra-se espacialmente disposta no território entrecortado pela rodovia BR-428, pelo rio São Francisco e seus afluentes, os riachos Grande e Ouricuri, que formam uma cruz.

### Práticas metodológicas

Os procedimentos metodológicos utilizados foram: pesquisa bibliográfica diversa, observações em campo e entrevistas abertas com os membros

das comunidades quilombolas. As informações obtidas pelas observações foram associadas às entrevistas com o propósito de fazer convergir os resultados da análise.

Na pesquisa foi utilizada uma abordagem quali-quantitativa, em que foi priorizado o método qualitativo, pois segundo Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999), as concepções, crenças e valores das pessoas são revelados a partir de análises interpretativas. A contextualização das fontes heterogêneas e a triangulação de fontes visou conferir uma maior confiabilidade entre as narrativas (BEAUD; WEBER, 2007; GIBBS, 2008).

Na pesquisa de campo, as entrevistas buscaram ter acesso aos relatos de histórias de vida e à memória, bem como às impressões do passado e do presente, na tentativa de entender, a partir do texto e da fala, o contexto social do grupo social estudado. Após a coleta das narrativas, elas foram transcritas e analisadas a partir do universo de interconhecimento entre os entrevistados (BEAUD; WEBER, 2007).

Durante a pesquisa foi estabelecido um perfil dos entrevistados, sendo contemplados preferen-

cialmente professores e demais funcionários das escolas, os líderes locais reconhecidos e legitimados pela comunidade, bem como representantes dos núcleos familiares que compõem as comunidades quilombolas. A escolha dos núcleos familiares para a realização das entrevistas partiu da indicação dos membros das comunidades, assim como da percepção dos pesquisadores, a partir do critério de representatividade no interior do grupo.

As entrevistas foram realizadas através do método *snowball*<sup>2</sup> (BERNARD, 2005), buscando fazer uso de uma abordagem qualitativa que procura privilegiar a análise do material recolhido em campo. As entrevistas foram coletadas até que não surgissem novas ideias, ou seja, utilizando o conceito de saturação do material (GLASER; STRAUSS, 1967), em que o mais importante não é o número de amostras e sim a compreensão dos elementos de análise contidos nas entrevistas e depoimentos, pois os relatos, por mais particulares que sejam, retratam práticas sociais de uma determinada época, inseridas no mundo do qual o indivíduo faz parte.

## Políticas públicas educacionais

As relações das comunidades quilombolas com os municípios de Orocó e Cabrobó se dão em diversos âmbitos, seja no econômico, seja no religioso e espiritual, seja nos âmbitos cultural, político e educacional. Durante décadas esses grupos sofreram com grande dificuldade de acesso à educação e apenas recentemente estão usufruindo das políticas públicas educacionais a eles destinadas.

Durante o início do governo do então presidente Luis Inácio Lula da Silva, em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR) e iniciou-se a discussão pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que apenas foi aprovado sete anos depois – Lei nº 12.288, de 2010. Em fevereiro de 2007, o Governo Federal instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, pelo Decreto nº 6.040, e a Agenda Social Quilombola pelo Decreto nº 6.261/2007, que visou consolidar as ações do Programa Brasil Quilombola, lançado em 2004 (SECRETARIA

2 O método *snowball* é uma técnica de pesquisa qualitativa em que cada informante indica um novo informante.

## ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL, 2013).

A partir desses dispositivos normativos e da luta dos movimentos sociais, houve um grande avanço na criação de diversas políticas públicas, em que destacamos os programas educacionais destinados à valorização da diversidade sociocultural no campo. Como exemplo, citamos o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), criado em 1997 e regulamentado em 2010, através do Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, bem como, concomitantemente, outras diretrizes educacionais para a educação do campo foram sendo discutidas e criadas, como, por exemplo, o Parecer n. 36/2001 e a Resolução n. 1/2002 do Conselho Nacional de Educação, que apontam para uma educação diferenciada e contextualizada (NASCIMENTO, 2009).

Outro importante instrumento normativo criado foi a Resolução CNE/CEB nº 8/2012, definindo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola, em que estabelece:

Art. 1º Ficam estabelecidas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, na forma desta Resolução.

§ 1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica:

I - organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se:

- a) da memória coletiva;
- b) das línguas remanescentes;
- c) dos marcos civilizatórios;
- d) das práticas culturais;
- e) das tecnologias e formas de produção do trabalho;

- f) dos acervos e repertórios orais;
- g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país;

- h) da territorialidade. (BRASIL, 2012).

Tendo dentre alguns de seus objetivos:

III - assegurar que as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus processos próprios de ensino

aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico;

IV - assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas quilombolas e das escolas que atendem estudantes oriundos desses territórios considerem o direito de consulta e a participação da comunidade e suas lideranças, conforme o disposto na Convenção 169 da OIT;

VI - zelar pela garantia do direito à Educação Escolar Quilombola às comunidades quilombolas rurais e urbanas, respeitando a história, o território, a memória, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais; (BRASIL, 2012).

Outro importante preceito é destacado no Art. 8º:

Art. 8º Os princípios da Educação Escolar Quilombola deverão ser garantidos por meio das seguintes ações:

I - construção de escolas públicas em territórios quilombolas, por parte do poder público, sem prejuízo da ação de ONG e outras instituições comunitárias;

IV - presença preferencial de professores e gestores quilombolas nas escolas quilombolas e nas escolas que recebem estudantes oriundos de territórios quilombolas;

V - garantia de formação inicial e continuada para os docentes para atuação na Educação Escolar Quilombola;

VI - garantia do protagonismo dos estudantes quilombolas nos processos políticopedagógicos em todas as etapas e modalidades;

VII - implementação de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento escolar e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas;

VIII - implementação de um projeto político-pedagógico que considere as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas;

IX - efetivação da gestão democrática da escola com a participação das comunidades quilombolas e suas lideranças;

X - garantia de alimentação escolar voltada para as especificidades socioculturais das comunidades quilombolas;

XI - inserção da realidade quilombola em todo o material didático e de apoio pedagógico produzido em articulação com a comunidade, sistemas de ensino e instituições de Educação Superior;

XII - garantia do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei nº 9394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e na Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004; XIII - efetivação de uma educação escolar voltada para o etnodesenvolvimento e para o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas;

XIV - realização de processo educativo escolar que respeite as tradições e o patrimônio cultural dos povos quilombolas;

XV - garantia da participação dos quilombolas por meio de suas representações próprias em todos os órgãos e espaços deliberativos, consultivos e de monitoramento da política pública e demais temas de seu interesse imediato, conforme reza a Convenção 169 da OIT;

XVI - articulação da Educação Escolar Quilombola com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos povos e comunidades tradicionais nas diferentes esferas de governo. (BRASIL, 2012).

Esses diversos instrumentos normativos reconhecem a importância de uma educação diferenciada, que valorize os conhecimentos locais e ancestrais, fortalecendo não só a identidade dos diferentes grupos sociais, mas, sobretudo, a organização sociopolítica e o desenvolvimento do território (SILVA, 2012). Ainda segundo Silva (2012, p. 119), o desenvolvimento da educação escolar quilombola perpassa pela compreensão de que “[...] construir por meio/em/na/com as escolas do território as formas de luta é o reconhecimento de que a luta não é tarefa de uns e umas, e sim de todos”.

A luta vivenciada cotidianamente pelas comunidades quilombolas é pela efetivação de uma educação emancipatória, que verdadeiramente contemple e valorize a realidade local de modo a fortalecer os objetivos construídos em conjunto dentro do território.

Quando pensamos a escola como um espaço específico de formação inserida num processo educativo

bem mais amplo e não apenas de socialização de saber que vem pronto e acabado sem deixar brechas, lacunas para outros saberes, deparamo-nos com mais de um currículo dentro da mesma escola, disputando status ou controle. Os instrumentos são: regimentos, modelos e finalidades de avaliações, testes e os conteúdos, ou seja, a escola com olhares e perspectivas diferentes se cruzando, inter cruzando, chocando-se entre si, pois suas direções ou rumos, se é que podemos chamar assim, buscam objetivos diferentes. (SILVA, 2012, p. 132).

## **Diálogos sociopolíticos na construção de uma educação emancipatória**

Os relatos obtidos em campo apontaram que desde o fim da década de 1990 as comunidades do Semiárido nordestino vêm tendo outras perspectivas de luta por uma educação de qualidade, diante do aumento na interação entre as diversas comunidades quilombolas da região. A Comissão Estadual de Quilombolas tem realizado projetos com todas as comunidades, mas quando se trata do município, as reuniões servem para cobrar melhorias na saúde e educação para as comunidades.

Muitos membros quilombolas participam de vários Conselhos dentro das Prefeituras dos municípios de Orocó e Cabrobó (saúde, educação, merenda escolar, agricultura). Essa participação permanente tem servido para fiscalizar e cobrar ações em prol de uma educação diferenciada e de qualidade nas comunidades de Águas do Velho Chico e de Cruz dos Riachos.

Contudo, nem sempre foi assim, pois durante muitas décadas essas comunidades quilombolas foram invisibilizadas, não tinham direito ao acesso à educação e aqueles que quisessem insistir em estudar teriam que conseguir arcar com os custos de deixar sua localidade para residir em outro município que proporcionasse acesso à escola.

Em uma análise paralela, observa-se que os grupos indígenas da região se encontram bem mobilizados, possuem grande articulação e possuem grupos de professores indígenas em níveis estadual e nacional (Comissão de Professores/as Indígenas em Pernambuco – COPIPE). Recentemente, as comunidades negras rurais iniciaram também a luta para obter maior mobilização a fim de fortalecerem a luta quilombola. Entretanto as

diferenças de organização entre as comunidades quilombolas se devem ao tempo de articulação de cada comunidade e ao processo temporal natural de cada comunidade de se apoderar das decisões referentes ao seu território e à sua comunidade.

No município de Orocó pode-se observar a grande atuação dos membros do quilombo Águas do Velho Chico no desenvolvimento da comunidade, assim como, em Cabrobó, o quilombo Cruz dos Riachos destaca-se na luta pelo reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas.

O sentimento de que há uma maior organização e alto grau de poder de decisão em Cruz dos Riachos, mais do que em outros quilombos de Cabrobó, é manifestada por seus membros quando questionados sobre as principais diferenças entre Cruz dos Riachos e outros quilombos circunvizinhos. Helena, agente de saúde e uma das lideranças em Cruz dos Riachos, diz que essa falta de decisão atrapalha no momento de unir forças em prol de melhorias para todas as comunidades, além de outras observações pertinentes destacadas em trecho da entrevista que segue abaixo:

A Meyrinha fez o censo lá [outra comunidade quilombola], as casinhas são casinhas de barro ainda, poucas pessoas têm casa de alvenaria, e eles, assim, eles têm, eu não sei o que aconteceu com eles, porque a gente perdeu o medo, a vergonha de falar com quem quer que seja. Se tiver lá e a gente precisar com juiz, com promotor, com prefeito, e eles assim, eles têm um certo medo de se expressar, é aquelas pessoas que tudo que você diz a eles concorda que sim [...] o censo mesmo escolar, Meyrinha foi quem fez, e aqui a gente colocou tudo, que a gente não estava satisfeito com a escola, com a merenda, com o local, e aí, Meyrinha foi fazer o censo lá. Quando chegou lá a menina diz:

‘Aqui tem cadeira?’

‘Tem, mas está tudo quebrada.’

‘Mas tem?’

‘Tem!’

Aí Meyrinha disse:

‘Tem não, se elas estão quebradas não tem condições de menino estudar não.’

Aí ela perguntou:

“E o material escolar, a quantidade que vem, é suficiente?”

Aí diz que ela disse assim:

‘Dá pra quinze dias, quinze dias fica sem.’

‘Mas é suficiente?’

Elas disseram que era, aí Meyrinha disse que não, aí depois Meyrinha refez o censo, aí agora eles estão recebendo a merenda igual a gente está recebendo aqui.

Aí aqui só vinha carne, feijão, arroz, macarrão, milho, que é pra fazer o mugunzá, e salsicha. Aí a gente foi e conversou, porque salsicha não é uma comida pra criança que tá em fase de crescimento, ela não oferece nenhuma vitamina, aí a gente foi, sentou e conversou, ‘a gente quer fruta, verdura’, aí foi dividido, diminuiu a carne e aumentou em outras coisas, e leite a gente tá recebendo. Aí, quando foi à reunião, a gente colocou, não Cruz do Riacho, mas Santana e Jatobá, eles estão com esse problema, aí eles não têm aquele poder de decisão.

O posto médico lá é em outra localidade e é muito difícil pra eles ir, e a gente queria pedir um posto de apoio lá, aí a gente foi pra reunião e disse, chegando lá vocês coloquem tudo, aí a menina disse: ‘Não, se ajeitar a escola...’ E eu disse: ‘Mulher... Ajeitar a escola nada, a gente quer que construa um posto de apoio.’ Aí ela disse: ‘Não, mulher, mas se ajeitar a escola...’

Aí enfraquece, porque a gente estava falando com o prefeito e queria que construísse um ponto de apoio, porque eu faço parte do Conselho e a gente fica se informando como é as comunidades e o que tem que levar. Aí ela disse que não, que bastava consertar a escola pra ela servir de ponto de apoio. Aí fica difícil, porque eles não têm aquele poder de decisão, eles têm medo de político, não sei por que eles têm medo de político, se um político falar qualquer coisa eles acham que é aquilo.

Por que aqui não, aqui o rapaz mandou um recado falando que ia construir cinquenta casas, mas então, pra que construir 50 casas? A gente não é cinquenta famílias, por que que vai construir 50 casas? Aí eu vou deixar minha casa para ir morar numa casinha do governo. A gente quer as casas que forem necessárias, a gente tem um projeto que era com treze famílias, mas pela documentação só conseguiu 11 casas. A gente vai construir 50 casas, pra juntar morcego? E eles não, eles são assim, falou, eles concordam que sim, então a gente tem trabalhado

com eles essa questão (HELENA, 2013).<sup>3</sup>

A Comissão Estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas de Pernambuco, entidade criada em 2003, tem o objetivo de “[...] articular as comunidades do estado para que a luta pela garantia dos direitos dos quilombolas avance de forma integrada” (AQCC, 2003).

A participação das comunidades quilombolas na política regional, participando de cadeiras representativas dentro das secretarias e se organizando internamente de forma politizada, tem desenvolvido e fortalecido a luta quilombola. Vejamos o que diz Océlia, uma das lideranças de Cruz dos Riachos:

Antes não sabia falar, andar, nem pedir informação, e hoje nós temos tudo isso, hoje, se quem tá aqui puder resolver alguma coisa, resolve, mas se não puder, pode mandar qualquer pessoa que resolve também. A gente cresceu no geral, a gente cresceu na agricultura, nos estudos, em questão de formação, políticas públicas, que a gente não tinha e hoje a gente tem. Cresceu em todos os sentidos. A gente tem que trabalhar políticas públicas, hoje não consegue mais nada se não for assim, a gente divulga, a gente mostra pras comunidades vizinhas, pra prefeito, pra secretário, a gente divulga pra todo mundo, tem que mostrar mesmo. (OCÉLIA, 2013).

A Comissão Estadual de Quilombolas tem realizado projetos com todas as comunidades, mas quando se trata do município, as reuniões servem para cobrar melhorias na saúde e educação para as comunidades. Uma das lideranças em Cruz dos Riachos salienta que participam de reuniões mensais da Comissão de Comunidades Quilombolas, entre outras reuniões que ajudam na aquisição de experiência. Desde 2012, participam de vários Conselhos dentro da Prefeitura do município (saúde, educação, merenda escolar):

Helena participa do Conselho de Saúde, já é a cadeira, é obrigatório, e Alrenita participa do Conselho de Educação. Alrenir participa do Conselho de Assistência Social, eu participo do Conselho de Assistência Social, eu represento as comunidades da merenda escolar; perdemos a cadeira da alimentação, porque eles deixaram o convite atrasado, e a gente tem o conselho CPP, da Igreja Católica, Conselho Paroquial, Helena e Meyrinha. Eu participo também desses

<sup>3</sup> No processo de mitigação do Ministério da Integração Nacional, as comunidades têm recebido em torno de 60 casas.

Conselhos, eu só não acompanho os Conselhos de Merenda e da Educação. Helena, Alcenir e João Neto participam do Conselho de Desenvolvimento Rural. (OCÉLIA, 2013).

Na comunidade Águas do Velho Chico não há Ensino Médio, obrigando o jovem a ir para a cidade estudar, provocando a dispersão e afastamento dele da sua comunidade, além de ter que enfrentar salas congestionadas ou falta de alimentação e preconceito, conforme relata Jacielma, professora e presidente da Associação da Umburana:

A gente está lutando por um Ensino Médio, por conta dessa escola que a gente recebeu, e a questão dos ônibus que quebram muito e tira os jovens da atividade da comunidade, porque essa escola que se diz de referência é referência para o governo, não para gente do meio da família. Porque quando chega lá fora, se envolve tanto com o que tem lá que esquece de participar. Eles dizem que às vezes são discriminados por ser quilombola, que as escolas estão encharcadas, salas superlotadas e que a merenda é de péssima qualidade. Diz que menino fica até sem comer lá, o dia todo, porque sai daqui cinco e meia, quando chega na Umburana já é seis e meia da manhã, então tem um ônibus pra pegar Umburana, Remanso, Caatinguinha e Mata, e outro ônibus para levar Vitorino. (JACIELMA, 2014).

Dessa forma, política e identidade são intrínsecas e compõem processos sociais, promovendo o desenvolvimento das comunidades quilombolas através de intercâmbios e experiências que são realizadas entre comunidades, e a partir da participação das comunidades nos processos de decisões políticas enquanto grupos sociais e políticos, resgatando trajetórias comuns e fortalecendo o pertencimento desses grupos.

A organização sociopolítica fortalece o desenvolvimento dos territórios quilombolas, pois propicia a busca por direitos e efetivação das políticas públicas destinadas a esses grupos sociais. Assim como promove a reflexão e a discussão sobre a importância de uma educação escolar emancipatória e construída a partir das necessidades reais e locais.

### Educação quilombola em águas do Velho Chico

As comunidades quilombolas aqui relatadas possuem uma longa história de luta por uma educa-

ção de qualidade. Em Águas do Velho Chico, cada localidade possui uma pequena escola (Umburana, Vitorino, Caatinguinha, Remanso e Mata de São José) que atende ao Ensino Fundamental. Para os adolescentes em fase do Ensino Médio são utilizadas as escolas do município de Orocó e o transporte é realizado através do ônibus escolar.

**Figura 2** – Escola Antônio Leandro da Cruz, Vitorino



Fonte: Acervo pessoal dos autores deste artigo.

**Figura 3** – Escola José Bonifácio, Mata de São José



Fonte: Acervo pessoal dos autores deste artigo.

**Figura 4** – Sala multisseriada em Umburana



Fonte: Acervo pessoal dos autores deste artigo.

**Figura 5** – Escola Santo Nino, Umburana (desativada)



Fonte: Acervo pessoal dos autores deste artigo.

**Figura 6** – Escola Augusto Félix da Cruz, Remanso



Fonte: Acervo pessoal dos autores deste artigo.

**Figura 7** – Escola São Judas Tadeu, Caatinguinha



Fonte: Acervo pessoal dos autores deste artigo.

Em Águas do Velho Chico, as cinco escolas municipais possuem os períodos Infantil I, Infantil II (1º ano), Fundamental 1 (do 2º ao 5º ano), sendo que apenas uma delas (Vitorino, a segunda escola erguida no território) contempla o Fundamental 2 (do 6º ao 9º ano).

Atualmente, o Vitorino é onde se concentra a diretoria geral das escolas (apenas Vitorino e Remanso possuem diretoras). Devido à baixa densidade populacional (entre outros fatores), encontramos em pelo menos três escolas da comunidade salas multisseriadas. São salas em que um mesmo docente atende estudantes de diferentes idades em uma mesma turma, muito frequente em áreas rurais.

Constatou-se que as professoras e professores estão bastante engajados nas discussões sobre políticas públicas para a educação e lutam nas reuniões por uma educação diferenciada, que atenda à manutenção da cultura de seus ancestrais. Uma conquista importante está no fato de que todos os professores são moradores da comunidade Águas do Velho Chico. Todavia, a proposta pedagógica não é oficialmente quilombola e os professores procuram inserir, ao longo do ano, aspectos dessa cultura do plano de ensino, com referências à cultura quilombola.<sup>4</sup> Da mesma forma, a merenda não é diferenciada quilombola (rica em frutas, legumes ou com comidas típicas da população), sendo rica em embutidos e carboidratos (macarrão e biscoito). Entretanto, a comunidade está lutando para que a alimentação possa ter essas características mais saudáveis.

Uma grande conquista da comunidade Águas do Velho Chico foi a inauguração da nova escola em Umburana, em 2016, bem como a inserção da escola, em 2017, em projetos da Unesco.

**Figura 8** – Escola inaugurada em Umburana, em 2016



Fonte: Acervo pessoal dos autores deste artigo.

4 Por exemplo, durante as semanas que antecedem o dia do folclore, os professores do ensino infantil 1 e 2 trabalham com as lendas regionais (Nego d'água, Lontra d'água, Vô do mato, Mãe d'água) e também com o significado das festas de seu território, como o Reisado, a festa de São Gonçalo, entre outras. E esse trabalho é desenvolvido ao longo do ano, fortalecendo os laços culturais e regionais. Há também festas e comemorações em dias especiais, como o da Consciência Negra, em 20 de novembro.

A escola inaugurada em Umburana passa a ser a única escola do estado de Pernambuco a ter oficialmente o selo da Unesco, integrando oficialmente o Programa das Escolas Associadas da Unesco (PEA-Unesco). Também em 2017 o município de Orocó estabeleceu uma legislação específica para que apenas professores quilombolas possam participar de seleções para lecionar na escola da comunidade.

### **Comunidade Cruz dos Riachos: a educação que temos e a educação que queremos**

Cruz dos Riachos possui, desde 1986, uma escola que atende ao Ensino Fundamental, cujo nome remete ao principal fundador da comunidade, Manuel Joaquim de Moraes (Figura 9). Possui duas turmas e duas professoras (da própria comunidade) que lecionam até a quarta série do Ensino Fundamental. Para os adolescentes em fase do Ensino Médio são utilizadas as escolas do município de Cabrobó, e o transporte é realizado atualmente por veículos (vans) fornecidos pelo município.

A questão da educação se mostra o diferencial no empoderamento e tomada de decisões a que estão cotidianamente elaborando os quilombolas de Cruz dos Riachos. E foi em busca de uma escola com qualidade e por uma educação diferenciada, que prezasse pela manutenção da cultura de seus ancestrais que algumas mulheres de Cruz dos Riachos se mobilizaram para estudar e concluir seus cursos de licenciatura.

**Figura 9** – Escola na comunidade Cruz dos Riachos



Fonte: Acervo pessoal dos autores deste artigo.

Mesmo com as recentes conquistas, há ainda um alto índice de adultos analfabetos funcionais na comunidade, sobretudo, devido às dificuldades que estes sempre tiveram de locomoção para a escola, conforme relatam em entrevista Océlia e Rosemeyre (membros da comunidade). A seguir apresentamos um diálogo entre Océlia e Rosemeyre, durante entrevista, sobre os tempos em que o transporte era muito precário na comunidade, e como foi que, com muita luta alguns de seus parentes, conseguiram concluir o segundo grau:

**OCÉLIA:** Era muito sofrido, vinha de bicicleta. Na comunidade estudava até a quarta série e se acomodava, porque pra vir pra cá [centro de Cabrobó] tinha que ter transporte e antes não tinha, só tinha bicicleta. E eles trabalhavam o dia todo, e quando era 17h pegava a bicicleta e vinha pra cá, aí era perigoso pra voltar de bicicleta à noite. Aí eles dormiam na casa de parentes, e era chato tá incomodando nas casas, e quase ninguém tinha casa. E depois os meninos conseguiram comprar um carro; eles abastecia e vinha, e depois Rosivan.

**MEYRINHA:** Foi assim, os pais se juntaram e vieram aqui e conseguiram um carro pra trazer os estudantes. Agora, imagina o carro, era o carro do lixo. O carro fazia a coleta do lixo durante o dia e de noite ia pegar a gente. Juntou as três comunidades: Cigano, Barro Preto e Vargem Grande, dava mais de 100 alunos no caminhão do lixo.

**OCÉLIA:** Tinha o carro que era o carro dos professores, ele vinha, deixava o professor e quando ele voltava é que ele deixava, e já era tarde e a gente perdia aula. Eu comecei e depois desisti. Meyrinha também desistiu no meio do ano, não aguentou. E os meninos continuaram vindo à noite.

**MEYRINHA:** Dos que começaram vindo à noite de bicicleta, só terminaram meu irmão Van, Adalmir e Almir. Era muito trabalho, dormia nas casas e quatro da manhã já tava em pé e vinha pra roça.

**OCÉLIA:** Em 97 a gente conseguiu o caminhão; o caminhão pegava lixo durante o dia todinho e tinha dias que dava tempo de o dono do caminhão lavar o caminhão e tinha dias que não dava tempo de lavar não, e ele passava só a vassoura e ia pegar a gente.

**MEYRINHA:** Isso foi anos... Eu fiz a 5ª, 6ª, 7ª e 8ª andando nesse caminhão de lixo. Quando eu comecei a fazer magistério, aí foi que mudou, colocaram depois uma lotação.

Os quilombolas preocupam-se em participar ativamente da educação de sua comunidade, de forma que a comunidade possa ser preservada em assuntos internos, como relatou Océlia, a presidente da Associação Quilombola:

Nós temos uma cultura pra zelar por ela, nós temos alunos que é daqui que eles precisam aprender certas coisas. Se a gente pegar um professor que vem lá de Cabrobó, que vem lá de Belém de São Francisco pra ensinar nossas crianças aqui, a gente vai perder os nossos saberes. Então a gente não aceita, então as meninas não têm um curso superior, mas elas vão se atualizar, se deus quiser, e pra ensinar, porque elas que têm o nosso saber, quem vem de fora não tem. E quem vem de fora não tá nem preocupado se vai saber ou não, nada vai importar pra eles, então a educação a gente tem isso, né, esse cuidado. A Secretaria tem o conteúdo do que as crianças têm que aprender, mas a gente também tem o nosso, principalmente a carta de princípios. (OCÉLIA, 2013).

A Carta de Princípios da Educação Escolar Quilombola (COMISSÃO ESTADUAL DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE PERNAMBUCO, 2008) traz 15 princípios acordados pelas comunidades nos encontros de educadores e educadoras quilombolas de Pernambuco, em 2007 e 2008, promovidos pelo Centro de Cultura Luiz Freire<sup>5</sup> em parceria com a Comissão Estadual Quilombola. Para estas comunidades, a manutenção da cultura se dá com os próprios moradores fazendo parte do quadro de professores e funcionários da escola, de forma que, juntos, possam lutar por uma educação escolar que fortaleça e participe da luta pela regularização dos territórios tradicionais; que seja presente e participativa na vida da comunidade, reconhecendo e respeitando todos os espaços onde as crianças e jovens aprendem e se educam, como na roça, na pescaria, nas festas tradicionais, nas reuniões comunitárias, nos terreiros das casas das pessoas mais velhas; que reafirme a história de resistência e a identidade étnica, os saberes e o jeito próprio do grupo de ensinar e aprender; o direito à formação específica e diferenciada para os professores e as professoras quilombolas, com um currículo que seja elaborado pela própria comunidade, garantindo

os conteúdos específicos de cada quilombo e a interculturalidade. Que eduque com cuidado com o meio ambiente, o patrimônio cultural preservado, a questão do desenvolvimento sustentável e da preservação da cultura alimentar, o direito ao material didático diferenciado e uma legislação específica para educação escolar quilombola, enfim, que seja respeitado o *éthos* (modo de ser) de cada quilombo na elaboração das atividades lúdico-educativas dentro da comunidade.

Em Cruz dos Riachos, a luta para fazer valer seus direitos, expressos desde 2008 na carta, foi adiante. A comunidade recusou as merendeiras e professoras que foram enviadas pela diretoria de ensino, exigindo que as profissionais que passaram no concurso para a vaga fossem da comunidade:<sup>6</sup>

A professora veio de Cabrobó; merendeira sempre foi da comunidade, porque nunca teve cantina. A gente tem a nossa reunião, então, se tem um estranho, a gente não coloca. A gente falava, a gente tem pessoas capacitadas dentro da comunidade, não vamos aceitar não, aí a gente vai perder a privacidade e vai perder a cultura, é que não tinha pedagoga e tem que fazer [o curso de licenciatura], já tá fazendo (HELENA, 2013).

A comunidade lutou por uma merenda diferenciada. Quando pediram para substituir a salsicha, por exemplo, foram atendidos e a merenda passou a conter elementos mais nutritivos a partir de então.

A escola, que carrega o nome do patriarca Manuel Joaquim de Moraes foi colocada como prioridade pela comunidade e pela prefeitura quando houve a necessidade de aquisição de um freezer para acondicionar as merendas que ficavam nas casas dos quilombolas:

Teve uma única vez, a gente tava com um problema seríssimo de armazenamento da merenda escolar, porque a gente recebia a merenda escolar em pequena quantidade, aí, quando a merenda escolar chegava, os frios, a gente colocava nas geladeiras da comunidade, um colocava dois frango, outro colocava a salsicha... Então, quando a gente começou a receber alunos de outra comunidade, crianças de outra comunidade, e a merenda aumentou, então a gente tinha prejuízo, porque, quando ela chegava,

5 Organização Não Governamental de Direitos Humanos, com sede no município de Olinda-PE.

6 Rosemyre afirma que a questão da licenciatura está sendo resolvida, pois as professoras estão fazendo pelo sistema Ensino a Distância (EAD), para assim continuar dando aula na comunidade.

tinha coisa que tinha que manter congelada, aí ficava trocando, tirava a merenda escolar e colocava a minha mistura, como diz o povo, e era o maior sufoco. Não tava mais podendo suportar, aí nessa reunião foi uma reivindicação da gente, era um freezer pra escola, foi na segunda-feira a reunião, quando foi na quinta-feira, já chegou a geladeira, foi uma coisa que resolveu de imediato. (OCÉLIA, 2013).

A comunidade foi envolvida por projetos em diversos âmbitos do município, desde aula de música e culinária para crianças até estudo universitário para os alunos que concluem o Ensino Médio.

### Considerações finais

A participação e representação das comunidades quilombolas na construção e incidência em políticas públicas territorial, regional e nacional têm fortalecido a luta desses povos, sobretudo em relação a uma educação contextualizada para convivência com o Semiárido.

Mesmo com os avanços na legislação que regulamenta as diretrizes educacionais diferenciadas nos diversos etnoterritórios no âmbito dos povos e comunidades tradicionais, sobretudo no contexto do Semiárido nordestino, destaca-se que a efetivação de políticas públicas referentes à educação quilombola ainda são insuficientes, bem como nem sempre privilegiam as especificidades culturais de cada comunidade.

Observa-se a partir das experiências em campo junto às comunidades pesquisadas que, mesmo com os avanços na legislação que regulamenta as diretrizes educacionais, as políticas públicas de Educação ainda carecem de maior efetivação na prática. As comunidades ainda necessitam de escolas em níveis médio e fundamental II, em Cruz dos Riachos. O transporte escolar ainda é precário e, sobretudo em épocas de chuvas, torna-se difícil chegar até a sede do município onde existem escolas de nível médio.

As comunidades aqui apresentadas estão em constante cobrança junto aos gestores municipais pelo cumprimento de um projeto político pedagógico que privilegie as especificidades culturais de cada comunidade, pela inserção de professores e gestores quilombolas no quadro de funcionários das escolas, por uma alimentação escolar diferenciada, por um calendário festivo que respeite as tradições locais, entre outras diretrizes.

É perceptível que certos avanços educacionais já foram alcançados, mas essa é uma luta contínua, diária e, sobretudo, para que as ações em cumprimento às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola sejam de acesso a todas as comunidades quilombolas da região.

Nesse sentido, tornar-se ainda mais importante o fortalecimento dos coletivos e movimentos sociais quilombolas que atuam na integração e articulação dessas comunidades por uma luta conjunta na construção de uma educação emancipatória.

### REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais** – pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira/Thomson Learning, 1999.
- AUGÉ, M. **Os domínios do parentesco**. Lisboa: Edições 70, 2003.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BERNARD, H. R. **Research methods in Anthropology**: qualitative and quantitative approach. 4. ed. Lanham: AltaMira Press, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 8**, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>>. Acesso em: 6 jan. 2017.
- CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE (CCLF). **Sertão quilombola**: a formação dos quilombos no Sertão de Pernambuco. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 2008.
- GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. **The discovery of grounded theory**: strategies for qualitative research. New York: Aldine de Gruyter, 1967.

COMISSÃO ESTADUAL DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE PERNAMBUCO. **Carta de princípios da educação escolar quilombola**. Recife, 2008. Disponível em: <[http://www.mocambos.net/media/upload/principios\\_da\\_educacao\\_quilombola.odt](http://www.mocambos.net/media/upload/principios_da_educacao_quilombola.odt)>. Acesso em: 04 fev. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. Pernambuco. **Orocó**. Brasília, DF, 2016a. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=260980>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Cidades. Pernambuco. **Cabrobó**. Brasília, DF, 2016b. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260300&search=pernambuco|cabrobo>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Notícias. **Comunidade quilombola Conceição das Crioulas (PE) recebe título de mais de 800 hectares**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/noticias/comunidade-quilombola-conceicao-das-crioulas-pe-recebe-titulo-de-mais-de-800-hectares>>. Acesso em: 6 jan. 2017.

MAPASPARACOLORIR.COM. **Mapa de Pernambuco**. Disponível em: <<http://www.mapasparacolorir.com.br/mapa-estado-pernambuco.php>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico cultural da população afro-brasileira. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. (Coleção Sankofa, v. 4). Disponível em: <<https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2016/03/quilombismo-abdias-do-nascimento.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

PEIXOTO, Ívina L. de M. **Cotidiano e vida escravos do sertão**: Boa Vista, Tacaratu – 1850/1888. 2007. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2007.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPPIR). **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas**. Brasília, DF, 2013.

SILVA, Givânia M<sup>a</sup> da. **Educação como processo de luta política**: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das Crioulas. 2012. 199 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, 2012.

SOARES, D. B.; MOTA FILHO, F. de O.; NÓBREGA, R. S. Sobre o processo de desertificação. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 4, n. 1, p. 174-188, 2011.

*Recebido em: 31/03/2017*

*Aprovado em: 28/06/2017*